



**FUNDAMENTOS DA
EDUCAÇÃO**

DADOS INSTITUCIONAIS

CNPJ:	17.145.404/0001-76
Razão Social:	CENTRO EDUCACIONAL MALTA LTDA
Nome de Fantasia:	FACULDADE MALTA
Esfera Administrativa:	PRIVADA
Endereço:	Av. Barão de Gurguéia, nº 3333b, Bairro Vermelha
Cidade/UF/CEP:	TERESINA-PI. CEP: 64018-500
Telefone:	(86) 3303-5002
E-mail de contato:	maltafaculdade@gmail.com
Site da unidade:	http://www.faculdademalta.edu.br/

SOBRE O(A) AUTOR(A)

FORMAÇÃO ACADÊMICA

Larissa Maria Martins de Oliveira

Endereço para acessar o CV:

<http://lattes.cnpq.br/5649376800690719>



Mestranda em Linguística pela Universidade Federal do Piauí – UFPI. Especialista em Docência do Ensino Superior e Metodologias Ativas pela Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo - FAMEESP. Especialista em Língua Portuguesa pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI. Graduada em Letras/Português pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI. É membro do Grupo de Pesquisa Análise de Discurso Crítica - Representações, Ideologias e Letramentos (ADC). Atuou como assessora administrativa. Atuou como professora e orientadora do Centro Universitário UniBTA DIGITAL (UNIBTA). Atuou como professora de Redação e revisora da Instituição de Ensino Dom Quixote (IEDQ). Atuou como professora de Língua Portuguesa do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Atuou como instrutora em cursos técnicos profissionalizantes da Rede de Ensino Master Cursos (REMC). Atuou como supervisora pedagógica de ensino da Secretaria Municipal de Educação (SEMEC). Atuou como coordenadora municipal do Programa Saúde na Escola - PSE. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Linguística. Dedicar-se a estudos na área de Análise de Discurso Crítica. Atualmente, trabalha como corretora de redação e revisora de textos jornalísticos, acadêmicos, institucionais, literários, editoriais e publicitários; material didático; conteúdo para a web; processos; e documentos.

Contatos: larissammoliveira21@gmail.com / (89) 99924-1570 / (89) 99454-4291

APRESENTAÇÃO

Caro/a estudante,

Este material didático destina-se aos alunos do curso de Pedagogia da Faculdade Malta-FACMA. Torna-se de fundamental importância para o profissional da Pedagogia, através da disciplina de **Fundamentos da Educação**, conhecer o fenômeno educativo, considerando as relações entre educação e sociedade a partir de uma reflexão teórica.

Na Unidade 1 “PRÁTICA PEDAGÓGICA EM CULTURA E O COTIDIANO ESCOLAR”, você vai estudar sobre os estudos culturais e a integração da cultura, que se faz tão essencial no cotidiano do ensino;

Na Unidade 2 “HISTÓRIA E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO”, você vai aprofundar seus conhecimentos sobre a história e a sociologia da educação;

Na Unidade 3 “EDUCAÇÃO E CULTURA: ASPECTOS CONCEITUAIS”, você vai estudar o conceito de educação, iniciando com uma breve localização histórica. Logo após, vai aprender a definição de cultura e como ela se dá na prática e no convívio dos indivíduos com seu meio.

Elencamos como crucial nesse processo, a importância da leitura deste material, bem como as leituras de apoio, além do aproveitamento das oportunidades de discussão com os colegas e o(a) tutor(a)/professor(a). Não pretendemos esgotar a discussão sobre tal temática com esta apostila, buscamos, através dela, incentivar a reflexão e a pesquisa para a construção de novos saberes sobre a temática.

Boa aprendizagem.

SUMÁRIO

UNIDADE I - PRÁTICA PEDAGÓGICA EM CULTURA E O COTIDIANO ESCOLAR

UNIDADE II – HISTÓRIA E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

UNIDADE III – EDUCAÇÃO E CULTURA: ASPECTOS CONCEITUAIS

UNIDADE I

APRESENTAÇÃO

Olá!

Refletir sobre diversidade cultural é pensar em sociedade, em ação e mudanças e nas relações entre pessoas, considerando o grupo, a história e o povo, indo além de um único comportamento padrão. Assim sendo, as mudanças históricas, com o decorrer do tempo, mudam a realidade cultural na medida em que a globalização possibilita que culturas, tradições e expressões se misturem transformando os indivíduos conforme a interação de cada um. As **diferenças culturais** são as mais variadas e estão em todos os lugares, com várias cores, sons, sabores, crenças e outros modos de expressão. Na educação, essas diferenças fazem-se presentes, cada vez com maior força, e desafiam visões e práticas profundamente enraizadas no cotidiano escolar.

Nesta Unidade de Aprendizagem, você vai ver **as diversas culturas que perpassam o cotidiano escolar** e a importância de práticas pedagógicas que promovam a cultura do educando. Além disso, as práticas culturais criativas também serão foco desta unidade, pois oportunizarão uma reflexão sobre a escola e o trabalho desenvolvido no interior desse espaço.

Bons estudos.

PRÁTICA PEDAGÓGICA EM CULTURA E O COTIDIANO ESCOLAR

OBJETIVOS PROPOSTOS

- ✓ Conhecer as diferenças culturais no cotidiano escolar;
- ✓ Identificar o valor da prática pedagógica cultural para o educando;
- ✓ Analisar práticas culturais criativas no interior da escola.

● AS DIFERENÇAS CULTURAIS NO COTIDIANO ESCOLAR

Segundo o Dicionário Aurélio (FERREIRA, 2005, p. 264), cultura é “[...] o ato, efeito ou modo de cultivar [...]” – essa ideia originária de fazer brotar, crescer e desenvolver apresenta-se relacionada à vida. Desse modo, com relação ao conceito de cultura, Pelto (1979) afirma que a característica que torna o homem e a mulher tão diferentes dos outros animais é o fato de que o seu padrão de vida está baseado na cultura, isto é, em padrões de comportamento aprendidos no meio social e baseados em processos simbólicos. Outros animais podem ter rudimentos de cultura, mas, para o homem e para a mulher, todo comportamento é cultural.

Os padrões de comportamentos apreendidos na escola trazem à tona a discriminação em diversas óticas, o que, infelizmente, acaba por influenciar a sociedade. Assim, tornou-se natural tratar a cultura apenas numa perspectiva de discriminação, correndo o risco de esquecer que ela vai além do preconceito. Já Kroeber (*apud* LAPLATINE, 1988) diz que a cultura é o conjunto dos comportamentos, saberes e saber-fazer característicos de um grupo humano ou de uma sociedade, sendo essas atividades adquiridas a partir de um conjunto de aprendizagem e transmitidas ao conjunto de seus membros.

Nessa referência, percebe-se a cultura como um conjunto de conduta e comportamento de determinado grupo e que, a partir dela, tem-se a padronização de costumes e comportamentos. Ao complementar o conceito de cultura, Laplatine (1988) contribui defendendo que diferenças significativas, decorrentes da cultura a qual pertencemos, também podem ser encontradas nos menores detalhes dos nossos comportamentos mais cotidianos. Assim, traçando um paralelo entre o termo cultura e educação, ressalta-se que ambas estão interligadas e que não é possível afastá-las por ser evidente que o entendimento de cultura se ancora, justamente, nos comportamentos desenvolvidos e aprendidos por determinada sociedade. Esse é o fundamental papel da educação inovadora, trabalhar com os valores dos indivíduos e sua cultura, desenvolvendo um trabalho direcionado para a inserção social dos alunos, desprendidos de preconceitos étnicos e identitários.

Nesse processo, a escola desempenha um papel fundamental na formação dos valores éticos e culturais, baseados no respeito às diferenças e promovendo uma transcendência entre cultura e educação. Por conseguinte, entende-se que o indivíduo

precisa ser educado para a cidadania democrática, de modo que a escola precisa refletir sobre a diversidade cultural, pensar em sociedade, ação e mudanças e nas relações entre pessoas, considerando o grupo, a história e o povo, e isso vai além de um único comportamento padrão.

Assim sendo, as mudanças históricas, com o decorrer do tempo, mudam a realidade cultural na medida em que a globalização possibilita que culturas, tradições e expressões se misturem e entrem em todos os espaços, transformando os indivíduos conforme a interação de cada um (Figura 1).



O conflito das diferenças culturais deve ser trabalhado na escola e o professor tem a função de mediar o conhecimento considerando que sempre tem algo a aprender com o educando, pois o conhecimento vai além do ensino-aprendizagem em sala de aula – ele surge, também, pela convivência e pela troca de experiência com o outro.

A escola deve ser um espaço de socialização onde são trabalhadas questões como respeito, valores e atitudes. O pedagogo não pode se conduzir por uma cultura viciada e oprimida, uma vez que desempenha um importante papel na escola de

promover uma política de igualdade e respeito à individualidade e à diversidade. Portanto, o profissional da educação deve analisar a realidade onde está inserido e refletir criticamente sobre suas vivências em sala de aula para que, assim, possa intervir de maneira significativa nas questões que dizem respeito à aceitação das diferenças. Para isso, é necessário ter profissionais sensíveis à vida, comprometidos e dispostos a formar uma sociedade justa e igualitária, com atenção às questões relativas à pluralidade de ideias, à diversidade sociocultural e à coletividade.

O pedagogo deve saber que o seu papel vai além da metodologia de repassar conhecimentos; cabe a ele fortalecer o conhecimento do outro, facilitar as relações de maneira democrática, criar na escola um ambiente solidário, onde a igualdade é valorizada, e que possibilite a construção de novas concepções por meio de seu compromisso com a valorização da diversidade.

É indispensável instrumentalizar a escola para trabalhar com a diversidade, mas não com a diversidade negada, com a diversidade isolada ou com a diversidade simplesmente tolerada. Também não se trata da diversidade assumida como um mal necessário ou celebrada como um bem em si mesmo, sem assumir seu próprio dramatismo. Transformar a diversidade conhecida e reconhecida em uma vantagem pedagógica parece ser o grande desafio do futuro (LERNER, 2007).

● O VALOR DA PRÁTICA PEDAGÓGICA CULTURAL PARA O EDUCANDO

O reconhecimento e a valorização das especificidades culturais do outro têm sido um postulado desafiador para a escola, pois é preciso, diariamente, desafiar o preconceito, tornar-se um palco onde desfila a democracia e ter um objetivo primordial: proporcionar o aprendizado ao aluno.

Além disso, a sala de aula é um espaço repleto de variedades culturais, etnias e grupos. É preciso estar atento a essas questões de natureza discriminatória, principalmente, aquelas remetidas às minorias raciais, às mulheres, aos indígenas, etc. É preciso perceber seus desafios contextuais e a forma como tais desafios podem ser trabalhados na escola no sentido de que os alunos possam aprender a respeitar as diferenças.

Segundo Canen e Oliveira (2002), o multiculturalismo é um termo polissêmico, que engloba desde visões mais liberais ou folclóricas, que tratam da valorização da pluralidade cultural, até visões mais críticas, cujo foco é o questionamento a racismos, sexismos e preconceitos de forma geral, buscando perspectivas transformadoras nos espaços culturais, sociais e organizacionais.

A preocupação pela prática pedagógica cultural justifica-se pelo fato de que desenvolver uma postura multicultural na sociedade contemporânea não é uma tarefa fácil. Por isso, os professores devem se subsidiar de conhecimentos para desenvolver uma nova identidade, uma nova postura, assim como “novos saberes, novos objetivos, novos conteúdos, novas estratégias e novas formas de avaliação” (MOREIRA; CANDAU, 2003).

É necessário que o educador seja um questionador capaz de refletir e reformular o currículo e sua prática docente com vistas a diminuir a marginalização dos grupos subalternos.

De acordo com Santomé (2004), é muito raro, no espaço das salas de aula, que os professores desafiem os alunos e as alunas a refletir e investigar as questões relacionadas com a vida e com a cultura dos grupos mais próximos do contexto local a que pertencem.

Os materiais e o próprio currículo não oferecem qualquer elemento com o qual esses educandos possam se identificar; “[...] suas crenças, conhecimentos, destrezas e valores são ignorados [...]” (SANTOMÉ, 2004, p. 170). Em geral, o local é encarado como um estigma, algo que, dentro de uma prática colonizadora, é necessário ocultar ou, pelo menos, não problematizar.

Portanto, é imprescindível um diálogo entre a cultura e a vida escolar do aluno, já que, muitas vezes, a cultura em que esse aluno está inserido fica fora da sala de aula (Figura 2).



Figura 2. Diálogo cultural na sala de aula.

Fonte: Marco Saroldi/Shutterstock.com.

EXEMPLO

Como fazer acontecer a educação? Ao promover o desenvolvimento de visão de mundo, o professor, em contato com o aluno, “faz acontecer a educação” quando essa conexão é mediatizada pelo diálogo. Segundo Gadotti (1999), há três momentos interdisciplinarmente entrelaçados (método Paulo Freire): a investigação temática, pela qual aluno e professor buscam, no universo vocabular do aluno e da sociedade onde ele vive, as palavras e os temas centrais de sua biografia; a tematização, pela qual eles codificam e decodificam esses temas – ambos buscam o seu significado social, tomando, assim, consciência do mundo vivido; e a problematização, na qual eles buscam superar uma primeira visão mágica por uma visão crítica, partindo para a transformação do contexto vivido.

A partir da literatura, leitores podem ganhar um entendimento de questões e códigos que estruturam a vida social. Livros direcionados às crianças e aos adolescentes, em particular, têm o potencial de promover entendimento intercultural quando seu foco é em torno de questões que afetam essa população e que tratam de temas e mensagens universais.

Muitos professores utilizam textos curtos na sala de aula (narrativas, crônicas, ensaios) como uma forma de introduzir conteúdos, promover discussão e complementar os temas apresentados nos livros que os estudantes leem.

O uso da literatura multicultural também oportuniza uma reflexão sobre as atitudes e as crenças com relação à diversidade. Os valores culturais são formados a partir de uma tradição histórica e representam aspectos da formação de um povo, elementos presentes na vida de uma população e que compõem e caracterizam uma sociedade.

Valores culturais não são permanentes e podem sofrer adaptações com mudanças relacionadas a fatores históricos, evolução social e econômica e contato com outros grupos e culturas, como, por exemplo, a vinda de imigrantes, que trazem consigo novos valores e elementos culturais, passando a destruir processos discriminatórios.

Parte-se da ideia de que nenhuma forma de discriminação ocorre no vácuo. Ao contrário, elas sempre se entrelaçam a outras formas de discriminação, bem como à maneira pela qual uma sociedade se organiza. A discriminação, nessa visão, apresenta-se sob as mais variadas formas, desde a intolerância manifestada no mais alto grau por meio de atos de violência até as práticas mais sutis, de forma moral e social, que podem se dar mediante brincadeiras ou pelo isolamento do indivíduo na sociedade.

A educação multicultural é capaz de desenvolver sensibilidade para a pluralidade de valores e culturas. Para tanto, é necessário resgatar valores culturais antes segregados a fim de reduzir ou, quem sabe, extinguir os preconceitos. Esse é um desafio não só de quem sofre algum tipo de preconceito, mas de todo aquele que se indigna com atitudes de exclusão, seja ela étnica, cultural, racial, religiosa, social ou sexual.

● **PRÁTICAS CULTURAIS CRIATIVAS NO INTERIOR DA ESCOLA**

As práticas pedagógicas podem ser transformadas a partir do envolvimento do educador em oferecer um universo propício para o desenvolvimento integral do educando. Independentemente do lugar, suas ações ficam registradas na vida de cada aluno por todo o seu ciclo de vida. Surge, então, a proposta de executar práticas

inovadoras, sendo oferecido um ambiente que provoque a autonomia e mudanças significativas.

As ações que acontecem no espaço educacional não oferecem apenas o conhecimento cognitivo, mas, certamente e fundamentalmente, as relações com as diversas culturas que ali habitam. O aluno aprende com a convivência, com a troca de valores e hábitos, valorizando e aceitando a diversidade, transformando, de forma participativa e crítica, as práticas propostas interdisciplinarmente e socialmente. Essa atitude colabora na sua formação intelectual e, principalmente, afetiva.

Educar para a cidadania significa educar pessoas capazes de conviver, comunicar e dialogar num mundo interativo, dentro da perspectiva onde as pessoas reconhecem a interdependência dos processos individuais e dos processos coletivos (MARCELO, 2009).

A interação de um aluno no contexto escolar é necessária diante dos outros participantes desse meio. A relação das trocas de experiências por meio da comunicação do grande grupo e dos diálogos entre educador e educandos colabora no desenvolvimento intelectual, social e cultural. A construção cognitiva está ligada à afetividade, de modo que se deve oferecer ao educando espaços e convivências das diversas formas e explorar a expressão e a percepção para que ele se identifique enquanto sujeito pertencente a um grupo, com características pessoais e, ao mesmo tempo, coletivas. Assim, a cultura se dá resultando de todas as ações e criações do indivíduo. O homem, ao produzir cultura, produz a si mesmo, ou seja, ele se autoproduz. Portanto, conclui-se que a cultura só existe a partir dos feitos da humanidade; ela não somente envolve o homem, mas penetra-o.

Sendo a escolarização um dos principais meios de socialização das sociedades ocidentais, cabe ao professor uma parcela de responsabilidade quanto ao incentivo ou ao bloqueio da manifestação criativa de sua turma (TORRANCE, 1987). A preponderância desse profissional no gerenciamento do talento criativo é apontada por Alencar e Oliveira (2012) em consideração aos estágios de criatividade que ganham expressão com o estímulo adequado. Isso vai ao encontro dos achados de Torrance (1987), que detectou influências importantes da estimulação criativa docente sobre comportamentos criativos inibidos.

Segundo Ventura (2010), atividades artísticas e culturais como a música, além de serem prazerosas e criativas, estimulam áreas do cérebro que permitem o

desenvolvimento de outras formas de linguagem. São atividades que aguçam a sensibilidade do aluno e melhoram sua capacidade de concentração e memória.

Gardner (1994), autor da Teoria das Inteligências Múltiplas, comprova a importância da música na formação do educando e alerta sobre a necessidade de estimular e desenvolver nos alunos a inteligência musical, além das outras formas de inteligência, já que o autor defende que a inteligência humana se manifesta de sete maneiras diferentes, a saber: linguística, sinestésica, lógico-matemática, espacial, interpessoal, intrapessoal e musical.

Outra atividade voltada para a cultura, desenvolvida no interior do espaço escolar, é a decoração da sala de aula e da própria escola, que se torna relevante quanto à significação de como as diferenças estão sendo trabalhadas. O que se observa na decoração de sala de aula e nas paredes da escola é o reforço de estereótipos culturais. As figuras de crianças, pessoas, imagens e objetos que estão postas nas paredes trazem a exaltação dos padrões da cultura dominante. As figuras, geralmente, são de pessoas brancas, de objetos midiáticos que refletem a sociedade de consumo e da cultura católica dominante, com pouca ou nenhuma alusão a crianças negras, estigmatizando e hierarquizando as diferenças culturais entre as crianças que, em sua maioria, pertencem a essa última categoria.

Para mudar essas ações, ressalta-se o que pode ser chamado de coração da escola: a organização curricular. Construir uma nova forma de organização curricular e intervir nos currículos trata-se de um trabalho eminentemente coletivo, que envolve rever os conteúdos da docência e da ação educativa, escolher e planejar prioridades e atividades, reorganizar os conhecimentos e, acima de tudo, combater o preconceito, viabilizando atividades e reflexões que ressaltem o respeito às diferenças.



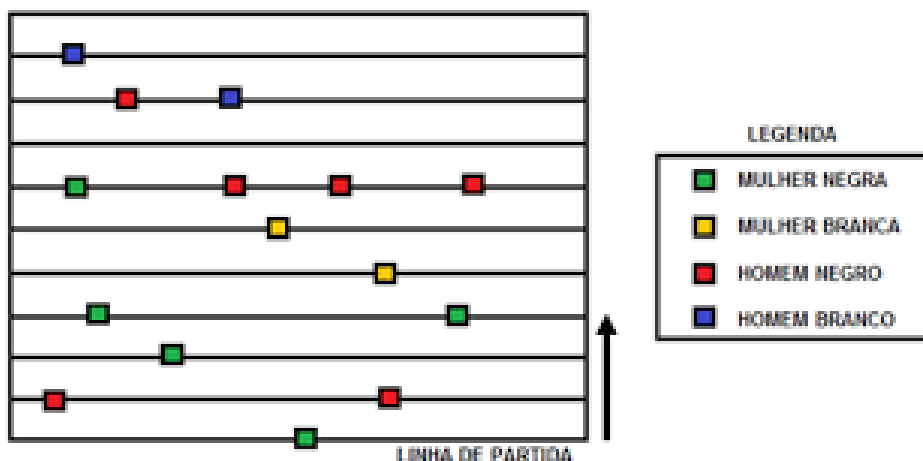
EXEMPLO

A reprodução de estereótipos culturais pode também ser percebida quando da aplicação de um trabalho em equipe na sala de aula. O trabalho consiste na montagem de uma diretoria e quadro de funcionários de uma empresa. A classe fica dividida em cinco equipes, cada equipe com seis alunos(as), misturando em cada equipe ambos os sexos. A cada equipe é entregue uma cartolina na qual está escrita a palavra “EMPRESA”, com espaços para os cargos, nessa ordem: presidente, diretor(a), gerente, secretário(a), chefe de produção, auxiliar de produção, faxineiro(a) e servente. Juntamente com as cartolinas, são entregues figuras de jornais e revistas com pessoas de diversas etnias (indígena, negro, branco, etc.), do sexo masculino e feminino e de classes econômicas distintas. O objetivo do trabalho é que as crianças escolham qual seria a melhor pessoa para ocupar cada função na empresa, com o intuito de observar como as crianças representam quais classes ou etnias mereceriam estar em posição de comando e quais em posições subordinadas. Com base na análise desses trabalhos, pode-se trabalhar os estereótipos culturais e sociais existentes.

O jogo dos privilégios também é uma atividade bastante interessante que pode ser realizada com um grupo de alunos, organizada de forma que todos participem. Os educandos recebem um número X de balões que serão denominados balões dos privilégios. A cada pergunta, o balão será furado ou o aluno poderá pegar o balão de outro colega. As questões variam: estoure quem já sofreu preconceito, quem já foi seguido no supermercado pelo segurança, etc. O aluno pegará um balão quando for perguntado sobre quem já ganhou um carro de seus pais ou quem já estudou em faculdade particular. O resultado poderá ser surpreendente e trabalhará com o perfil social de quem tem mais privilégios e por quê.

A discriminação de gênero, por sua vez, ocorre sempre que se observa, na prática, um tratamento diferenciado, da mulher ou do homem, em prejuízo dos direitos do outro. Acontece que, nas sociedades humanas, essa discriminação, na maioria das vezes, incide sobre a mulher e muito raramente sobre o homem. Nas mais variadas situações, no tempo e no espaço, tem havido discriminação contra a mulher: nos casos de violência praticada contra ela no seio da própria família, podemos falar em

discriminação; se, em determinado grupo religioso, o sexo do crente é um referencial importante na hierarquia da instituição e se a mulher é relegada a posições subalternas pelo fato de ser mulher, não há dúvidas de que estamos diante de um caso de discriminação (TOSCANO, 2000).



UNIDADE II

APRESENTAÇÃO

Olá!

Nesta Unidade de Aprendizagem você vai estudar sobre **a história da educação**, com uma abordagem não somente dos fatos históricos do Brasil, mas, também, dos aspectos culturais, sociais e ideológicos da educação. Para isso, você vai ver um breve histórico da educação no Brasil entrelaçado com os aspectos culturais e sociais intrínsecos à história.

Além disso, vai conhecer **os fatores ideológicos** que compõem a educação a partir do poder de propagação de princípios e valores dentro das escolas. Por fim, você vai reconhecer argumentos de teóricos da **Sociologia** sobre a forma como a educação exerce um papel fundamental para a formação do indivíduo em sociedade.

Bons estudos.



História e história da educação

OBJETIVOS PROPOSTOS

- ✓ **Identificar os aspectos histórico, cultural e social da educação brasileira;**
- ✓ **Avaliar o papel da educação como fator ideológico;**
- ✓ **Reconhecer o papel social da educação.**

● ASPECTOS HISTÓRICOS, CULTURAIS E SOCIAIS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

O Brasil, como colônia de uma nação europeia, teve suas primeiras escolas estabelecidas por meio da Igreja Católica. Em 1549, a Ordem dos Jesuítas chega ao Brasil e se torna responsável por ensinar os preceitos da religião católica romana aos índios, com base na catequização e, também, pela educação dos filhos dos colonizadores. A educação jesuíta plantou no país alguns aspectos sociais e culturais que marcaram a formação da sociedade brasileira.

Sem a concorrência do protestantismo e com as injunções políticas-econômicas da condição colonial, a educação jesuítica reproduziu no Brasil o espírito da Idade Média, com o aprisionamento do homem ao dogma da tradição escolástica e a sua submissão à autoridade e à rígida ordenação social, avesso ao livre exame e à experimentação. Em contraste, portanto, ao homem de livre pensamento, de visão igualitária e espírito associativo, confiante no conhecimento como instrumento de transformação do mundo natural (OLIVEIRA, 2004, p. 946).

No entanto, apesar dos aspectos negativos do sistema de educação dos jesuítas, não se pode deixar de afirmar que eles construíram um sistema único de ensino no país, como a mesma língua, visão de mundo, religião, etc. – qualquer pessoa no Brasil tinha acesso à mesma educação.

Esse cenário começa a mudar com as reformas nos âmbitos econômico, administrativo e educacional realizadas pelo primeiro ministro de Portugal, Marquês de Pombal, em 1759. Essas reformas pretendiam recuperar a economia de Portugal e modernizar a sua cultura, tomando como exemplo a Inglaterra.

Por isso, uma das ações dessa reforma foi expulsar os jesuítas de todos os territórios portugueses; dessa forma, em 1760, os jesuítas foram expulsos do Brasil e o Estado assumiu o controle da educação no país (SECO; AMARAL, 2012).

A expulsão dos jesuítas acarretou na destruição do sistema único de educação do Brasil e na implantação de um sistema de aulas isoladas. Esse sistema era desordenado e dividido e os professores que ministravam as aulas eram leigos e despreparados, o que fez com que a educação brasileira estagnasse.

Quando o governo português percebeu essa estagnação, tentou investir, em 1772, na educação através do subsídio literário, um imposto cujo os recursos eram destinados à educação, mas não foi suficiente (SECO; AMARAL, 2012).

Essa reforma não significou uma modernização, mas, sim, um retrocesso na educação brasileira. Em Portugal, foi implementado o ensino de ciências naturais, das línguas e das literaturas modernas, mas isso não chegou à colônia. Para piorar o cenário, os ideais jesuítas de submissão e não liberdade de criação e iniciativa ainda foram mantidos, pois os professores tinham formação jesuíta.

A situação começa a mudar novamente somente com a chegada da Família Real ao Brasil, em 1808, acontecimento que foi um novo marco de transformação na educação e na cultura. Com a coroa, vieram pessoas da nobreza portuguesa, como membros do alto clero, ministros, juízes e funcionários do Tesouro. Também chegaram ao Brasil obras de arte, objetos dos museus e a Biblioteca Real com mais de 60 mil livros (NASCIMENTO, 2007, p. 194).

Dom João IV realizou a abertura dos portos no Brasil e a implantação do ensino superior, aspectos que mudaram a realidade do país e que proporcionaram a criação do Museu Real, da Biblioteca Pública, da Imprensa Régia e do Jardim Botânico.

Em 1834, o imperador descentralizou a administração da educação: a educação no Rio de Janeiro e a educação de nível superior ficaram restritas ao poder central; e a educação primária e média ficou incumbida às províncias. Contudo, como as províncias não tinham recursos para suprir toda a educação primária e média, boa parte da educação média passou a ser oferecida pelo sistema privado, por meio de instituições religiosas, e a educação primária ficou abandonada, o que acentuou as diferenças sociais (NASCIMENTO, 2007, p. 199).

O saldo final do império para a educação foram algumas escolas primárias e liceus nas províncias e nas capitais, que, basicamente, são o que hoje conhecemos por ensino profissional e cursos normais. As escolas privadas e as academias, que eram os cursos superiores, existiam apenas nas cidades mais importantes. O Brasil tornou-se um país que pouco tinha acesso à educação primária e somente a elite conseguia chegar às academias, perpetuando, assim, as diferenças de classes.

Em 1891, foi promulgada a primeira Constituição da República, que manteve a descentralização do ensino, acentuando a diferença entre as escolas primárias, às quais o povo tinha acesso, e as escolas da República e instituições privadas (LOPES, 2006).

Além da pouca oferta da educação secundária pelos estados, pela falta de recursos para investir, essas escolas públicas cobravam taxas, selos e contribuições dos alunos, o que impedia ainda mais o acesso da maior parte da população a esse ensino.

Entre 1930 e 1960, o Brasil passou por importantes transformações econômicas, sociais e no âmbito educacional. Uma nova ideologia surgiu afirmando que era necessária uma reorganização no ensino, pois a escola tinha papel fundamental na reconstrução da sociedade brasileira.

Em 1931, foi criado o Conselho Nacional de Educação e, em 1934, a nova Constituição afirmou que a educação era um direito de todos e que o seu acesso deveria ser gratuito.

Em 1946, foi publicada a Lei Orgânica do Ensino Primário, que regulava a participação do Governo Federal no ensino com o intuito de fortalecer o acesso e a qualidade do ensino primário. A União tornou-se responsável por fixar diretrizes e alguns programas básicos para o ensino fundamental no país. Os estados ainda ficaram responsáveis pela administração, por prover uma parte do valor necessário para manter o ensino, pela manutenção das construções das escolas, pela nomeação de professores e pela fiscalização das escolas privadas.

Durante a Ditadura Militar, o Governo procurou implementar um ensino técnico para atender a indústria na busca pelo desenvolvimento capitalista. As escolas também foram usadas para propagar os valores conservadores do regime (ABREU, 2008).

A expansão do ensino fundamental foi uma das principais medidas na Ditadura: o Governo buscava a universalização do ensino com o objetivo de qualificar a mão de obra. De fato, ocorreu uma significativa ampliação da rede de escolas de nível fundamental, mas essa ampliação não foi acompanhada pelo aumento dos investimentos na educação, o que foi comprovado em 1982, com um estudo do Banco Mundial, que mostrou que o Brasil era o país da América Latina que menos investia em educação, levando em conta a proporção do seu PIB (MEMÓRIAS DA DITADURA, 2018).

A piora na qualidade da educação pública brasileira estimulou o crescimento das escolas privadas. Esse espaço, que era historicamente da Igreja Católica Romana, passou, também, a ser ocupado por empresários, o que fez com que as

famílias brasileiras mais abastadas buscassem as escolas privadas para garantir a preparação para o vestibular e o acesso ao ensino superior de qualidade.

Chegando aos tempos mais modernos, nos últimos anos, o Governo Federal criou programas para tentar ampliar o acesso ao ensino superior, principalmente, das camadas mais populares. Em 2004, foi lançado o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e, em 2007, foi criado o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), ambos acompanhados pela ampliação do Financiamento Estudantil (FIES) (PROUNI, 2018).

Essas políticas, de fato, aumentaram o acesso ao ensino superior: segundo o Ministério da Educação, entre 1995 e 2002, 2,4 milhões de pessoas concluíram o ensino superior no Brasil; entre 2003 e 2014, 9,2 milhões de pessoas adquiriram o diploma universitário, um aumento de 26,09% (BRASIL, 2016).

O Brasil também vem apresentando melhoras na educação básica, mas ainda tem muito a evoluir.



LINK

ACESSE O LINK A SEGUIR PARA SABER MAIS SOBRE OS DADOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL.

<https://goo.gl/RuKGii>

Segundo dados do IBGE, em 2016, 11,8 milhões de brasileiros ainda eram analfabetos, ou seja, 7,2% da população com 15 anos de idade ou mais. A maioria da população com 25 anos ou mais, 51%, tem somente o ensino fundamental completo, e apenas 26,3% dessa população concluiu o ensino médio. Esses dados foram retirados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, divulgada em 2017, em referência aos dados de 2016 (FERREIRA, 2017).

As diferenças sociais e culturais continuam e se acentuam ainda mais no Brasil pela falta de acesso à educação: apesar da universalização do ensino, muitas barreiras econômicas e sociais existem para que o aluno conclua seus estudos.

● O PAPEL DA EDUCAÇÃO COMO FATOR IDEOLÓGICO

A palavra ideologia deriva das palavras gregas *idea* e *logos*, que quer dizer “ciência das ideias”. O dicionário Priberam (2018) define ideologia como o “conjunto de ideias, convicções e princípios filosóficos, sociais e políticos que caracterizam o pensamento de um indivíduo, grupo, movimento, época ou sociedade.”

É importante que você considere que ideologia é a forma como alguém ou algum grupo vê e compreende o mundo e, a partir disso, define suas ações sociais, econômicas e políticas. A ideologia também pode ser entendida como uma doutrina, ou seja, um conjunto de princípios que serve como base para um entendimento. A ideologia pode esclarecer o porquê de as coisas serem de determinada forma ou, ainda, como as coisas deveriam realmente ser; envolve todos os aspectos da cultura, da ciência e da sociedade, é fundamental e funciona como algo intermediário entre as pessoas e o mundo.

A família e a escola são os ambientes nos quais um indivíduo em formação mais convive, de maneira que contribuem grandemente para a formação da visão de mundo de uma pessoa.

Na escola, um indivíduo absorve informações, valores, princípios e ideias que irão compor sua forma de compreender o mundo. Claramente, isso não é colocado de maneira explícita, mas, intrinsecamente, um estudante consome e interioriza as ideologias que lhe são apresentadas, e, assim, constrói a sua subjetividade.

Por isso, muitos autores asseguram que a escola é um aparelho utilizado pelo Estado para propagar a ideologia dominante na sociedade, como afirma Leite (1989, p. 18):

As teorias (...) têm dominado o cenário acadêmico nos últimos anos, representadas por autores como Establet, Baudelot, Passeron e Bourdieu, destacando-se ainda Akhusser e Gramsci, que interpretam a escola como aparelho ideológico do Estado, a partir do qual os setores dominantes tentam exercer seu poder hegemônico. Nesse sentido, o sistema educacional é visto como um instrumento de transmissão ideológica, ou seja, da ideologia dominante, subjacente ao capitalismo, que tem por função levar os cidadãos a aceitarem passivamente as formas de produção, de organização e de reprodução do sistema. A escola seria um dos instrumentos que o Estado utiliza para essa tarefa.

De acordo com essas ideias, a escola é um mecanismo de domínio e manutenção do sistema social vigente, garantindo a lógica social e moldando a grande

massa populacional. A educação é alienadora, repassando aos indivíduos a ideologia da classe dominante e contribuindo para a sustentação e para a continuidade do sistema de governo atual.

A escola é produtora de células sociais, transformando cada indivíduo, cada possibilidade de uma subjetividade singular numa célula reprodutora da ideologia da máquina de produção. Podemos afirmar, assim, que mais fundamental e mais importante que as funções de camuflagem ou justificação e legitimação que a ideologia escolar, sem dúvida, tem, é a sua função material, produtora de indivíduos corretamente programados para o perfeito funcionamento social (GALLO, 1999, p. 196).

Para mudar essa realidade, deve-se buscar uma educação transformadora, com um ensino isento da ideologia da classe dominante e do Estado, proporcionando a construção de uma ideologia própria produzida por estudantes e docentes, o que ainda está longe de acontecer no Brasil.

No entanto, é importante ressaltar que mesmo que seja um aparelho do Estado para repassar suas ideologias, a escola também exerce outras funções centrais e mais importantes para a sociedade, principalmente, para a população de baixa renda.

O ambiente escolar é, muitas vezes, o único ambiente no qual diversos adolescentes e crianças marginalizadas podem construir sua cidadania. Cursar o ensino fundamental garante, para muitos jovens, o desenvolvimento da linguagem e do raciocínio lógico, contribuindo para a ampliação dos horizontes aos quais esses jovens podem chegar.

A escolarização também é um instrumento de democratização porque possibilita aos estudantes um desenvolvimento cognitivo que os torna capazes de compreender de forma adequada o mundo à sua volta e de ter um pensamento crítico sobre ele.

[...] se, por um lado, a escola tem transmitido uma ideologia hegemônica, por outro, a escolarização tem desenvolvido o repertório básico que é fundamental para a formação da cidadania e, talvez, para a própria superação da condição de alienação. Obviamente, isto não significa que estamos defendendo a escola tal qual se apresenta hoje, mas reconhecendo uma consequência da escolarização que, até então, não estava claramente colocada. Além disto, poder-se-ia imaginar que o papel da escola poderia ser muito mais importante se ela estivesse planejada de acordo com as características e necessidades da população atendida; por exemplo, se os currículos e programas escolares fossem planejados, respeitando-se o repertório inicial da população, e direcionados numa perspectiva de formação

do comportamento crítico, certamente teria um efeito de grande relevância para a formação da cidadania (LEI T E, 1989, p. 19).

Apesar do fator ideológico propagado nas escolas, a manutenção da classe dominante é reforçada ainda mais se as outras classes não tiverem o acesso à escola. O sistema escolar atual, por mais falhas que possa ter, garante um desenvolvimento intelectual melhor do que se a criança ou o adolescente não estivessem na escola; por isso, é extremamente importante garantir meios para a permanência dos estudantes na escola.



LINK

UMA ESTUDANTE DE BAIXA RENDA, DE ESCOLA PÚBLICA, CONSEGUIU ESTUDAR EM UMA UNIVERSIDADE AMERICANA E VOLTOU AO BRASIL PARA COLABORAR COM A MUDANÇA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA. VEJA ESSA HISTÓRIA NO LINK A SEGUIR.

<https://goo.gl/To568o>

● O PAPEL SOCIAL DA EDUCAÇÃO

A educação é, por natureza, um acontecimento coletivo: não há como falar nela sem pensar em duas pessoas, pelo menos, refletindo sobre fenômenos naturais importantes, fatos notáveis ou significados atribuídos a determinados símbolos. Além disso, sabe-se que a seleção dos conteúdos debatidos entre os sujeitos da educação não é feita de maneira espontânea ou aleatória, mas selecionada com base nos valores dominantes de um grupo, podendo, inclusive, como já foi dito, ser instrumento para a propagação de ideologias.

Dessa forma, os efeitos da educação serão percebidos para além do que o universo professor-aluno possa alcançar e, também, para além da pequena comunidade local, podendo ser notado em escala ainda maior na sociedade como um todo.

Logo, se a educação tem efeitos tão abrangentes, é necessário compreender seu papel no tecido social (LOPES, 2012). Para tanto, no final do século 19, um sociólogo francês chamado Émile Durkheim inicia seus estudos naquilo que seria chamado, posteriormente, de Sociologia da Educação. Segundo Durkheim, a educação fazia do homem um ser novo, pois, a partir dela, pode ser não mais um indivíduo avulso, mas um sujeito social: “[...] por via da educação, edifica, assim, cada um de nós, representa o que há de melhor em nós, o que há em nós de verdadeiramente humano. O homem, com efeito, só é um homem porque vive em sociedade” (DURKHEIM *apud* LOPES, 2012, p. 6).

Esse ser novo, segundo Durkheim, teria especialmente três elementos, os quais, para ele, eram os pilares da educação: senso moral, respeito às autoridades constituídas e um ideário que o ligasse aos demais membros da sociedade, que chamava de cimento da coesão social.

Entretanto, outra pessoa poderia notar que, se a educação se resume à formação de indivíduos que acreditem que a realidade social atual deve ser mantida de forma organizada e passivamente, logo, um dos papéis sociais dela é, também, de perpetuação das diferenças sociais. Foi essa conclusão que Max Weber, sociólogo alemão do século 19, teve sobre a educação, que contribuiu para a seleção social (LOPES, 2012).

Podemos exemplificar o conceito de seleção social da seguinte maneira: um filho da classe dominante está mais preparado, pois teve acesso às melhores escolas e professores, enquanto o filho da classe dominada está menos preparado, pois recebeu educação de baixa qualidade. Imagine que ambos concluem o ensino médio e desejam ingressar no ensino superior, mas não há vaga para os dois – perceba que, pelo tipo de formação, eles não disputam a vaga com as mesmas armas. Sendo assim, o filho da classe dominante conquista a educação superior, e o filho da classe dominada deve buscar empregos compatíveis com sua escolaridade, tudo sob o pretexto de que o mais competente terá maior recompensa financeira, quando, na verdade, trata-se da legitimação racional da desigualdade social.

Dessa forma, Lopes (2012, p. 10) afirma que “[...] também para Weber, tal como para Durkheim, a educação é um processo de socialização permanente, constante (que, para além da escola, se consubstancia igualmente na família), de reprodução e manutenção social.” Propondo uma maneira de pensar diferente dessas ideias, Paulo Freire, educador mais moderno, compreende que a educação não

necessariamente precisa propagar os padrões da sociedade previamente estabelecidos, mas pode ser um fator de transformação social:

Sua pedagogia mostra um novo caminho para a relação entre educadores e educandos. Caminho que consolida uma proposta político pedagógica elegendo educador e educando como sujeitos do processo de construção do conhecimento mediatizados pelo mundo, visando à transformação social e à construção de uma sociedade justa, democrática e igualitária (G ONÇA LV E S, 2013, p. 60).

A escola pode ser um ambiente libertador: com base no diálogo, pode educar o indivíduo para que ele consiga entender, reagir e solucionar os problemas da sociedade local e global. A educação é um recurso que pode ser utilizado para transformar a realidade do homem e, conseqüentemente, a sociedade em que ele vive.

Sendo assim, a escolarização é capaz de ser um instrumento para reequilibrar a sociedade, de modo que as classes que vivem à margem podem utilizar os conhecimentos adquiridos na escola para mudar a sua realidade, diminuindo as desigualdades sociais.



LINK

ACESSE OS LINKS A SEGUIR PARA CONHECER A BIOGRAFIA DE GRANDES PENSADORES.

ÉMILE DURK HEIM: <https://goo.gl/EtgAuc>

MAX WEBER: <https://goo.gl/PBPsAV>

PAULO FREIRE: <https://goo.gl/djnDe9>

UNIDADE III

APRESENTAÇÃO

Olá!

Etimologicamente, pode-se afirmar que **educação**, do verbo educar, significa trazer à luz a ideia ou, filosoficamente, fazer a criança passar da potência ao ato, da virtualidade à realidade. Já a **cultura** poderia ser conceituada, de forma simples, como a palavra que abrange todas as realizações materiais e os aspectos espirituais de um povo. A aproximação entre cultura e educação é estratégica para a qualificação da educação brasileira e para o desenvolvimento do país.

Nesta Unidade de Aprendizagem, você vai relacionar educação e cultura, refletindo sobre a importância delas no interior das escolas e das comunidades, com mais atenção ao **reconhecimento das práticas**, conhecendo projetos desenvolvidos no espaço escolar.

Bons estudos.



EDUCAÇÃO E CULTURA: DIVERSIDADE CULTURAL

OBJETIVOS PROPOSTOS

- ✓ Construir o conceito de diversidade cultural;
- ✓ Reconhecer as práticas escolares sobre diversidade cultural;
- ✓ Identificar projetos envolvendo a diversidade cultural.

● DIVERSIDADE CULTURAL

Vivemos, nos dias atuais, uma explosão discursiva em torno da chamada pluralidade cultural. Conceitos a ela relacionados, como educação e cultura, tornaram-se palavras de ordem em diferentes áreas de conhecimento acadêmico, estendendo-se, igualmente, para a esfera política e o campo pedagógico.

Desse modo, é necessário que o cidadão esteja apto para agir e posicionar-se de maneira crítica perante as situações que fazem parte do seu cotidiano. É na escola que o sujeito pode melhorar sua visão acerca das problemáticas como, por exemplo, a homofobia, a xenofobia e a sexualidade.

Pensando no modo como o sujeito pode ver e sentir o mundo e colaborar para a formação de valores e padrões de conduta, introduziu-se nos PCNs um conjunto de temas transversais, que buscam “[...] uma prática educacional voltada para a compreensão da realidade social e dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal e coletiva e a afirmação do princípio da participação política [...]” (BRASIL, 1998, p. 17).

Peres (2000) alerta para o fato de que apesar de se falar em educação voltada para os valores e para os direitos humanos, igualdade de oportunidades, tolerância e convivência para a paz, educação inter/multicultural, educação ambiental e antirracista, o que vemos são manifestações de intolerância, marginalização, preconceito, racismo e xenofobia.

Levando em consideração questões atuais que, na maioria das vezes, são motivos de atos preconceituosos, o Ministério da Educação e Desporto acrescentou os temas transversais nos PCNs. Entre os temas, encontra-se a Pluralidade Cultural, viabilizando ao professor e à comunidade escolar trabalhar em prol de uma educação que colabore na formação de um cidadão participativo, reflexivo, conhecedor de seus direitos e deveres.

Em razão de tais questões, cabe à escola o importante papel de colaborar para que questões relacionadas à ética, à saúde, à orientação sexual e à pluralidade cultural não passem despercebidas, mas que sejam consideradas no universo escolar. É imprescindível que a comunidade escolar perceba o quanto a pluralidade cultural é rica, o quanto os aspectos relacionados à diversidade colaboram para a formação de um cidadão conhecedor de suas raízes, que reivindique seus direitos e

cumpra seus deveres, que desenvolva princípios e valores morais próprios de um cidadão. A proposta dos temas transversais, quando adequadamente entendida, interpretada e aplicada, é relevante pelo fato de potencializar a reflexão e a crítica sobre os problemas que emergem das contradições derivadas das múltiplas matrizes culturais.

Atualmente, o papel da escola vai além de transmitir apenas conteúdos de Matemática, Português, Ciências, História e Geografia. A escola é uma das grandes responsáveis pela formação do cidadão, preparando o educando para interagir na sociedade, de maneira ética e responsável. Nesta perspectiva, Cordioli (2006) afirma que a forma como se apresenta a dificuldade dos professores em lidar com a transversalidade é sutil, em “acordos tácitos” dos seguintes tipos: os temas de ética e da multiculturalidade pertenceriam ao campo da Geografia e da História, já os temas de saúde e orientação sexual ao campo das Ciências Naturais.

Para Yus (1998), os temas transversais são importantes para ter um novo conceito de escola, permitindo uma educação voltada para a realidade dos alunos, tornando o aprendizado mais significativo. Isso possibilita preparar o aluno para viver e agir como um “cidadão” crítico e consciente, capaz de compreender a natureza da ação humana no mundo.

Os temas transversais necessitam ser trabalhados de forma contextualizada, fazendo parte do dia a dia do professor na sala de aula, tornando as aulas mais próximas da realidade do aluno. É notório que o ensino na atualidade, ainda, carrega fortes traços de um modelo de ensino “tradicional”, em que o professor transmite e o aluno absorve/recebe passivamente o conhecimento. Na maioria das vezes, o professor desconsidera o conhecimento, as experiências e os sentimentos dos alunos, o que acarreta prejuízo aos educandos que, ao não analisarem a sua realidade e o seu contexto, não vislumbram possibilidades de transformar as relações sociais.

Nesse sentido, Almeida (2006) diz que a prioridade dada aos conteúdos conceituais e à rigidez de planejamento impedem que as escolas estejam mais atentas e comprometidas pedagogicamente com a abordagem dos temas transversais. É imprescindível que os temas transversais, incluídos no currículo escolar, tenham o objetivo de colaborar com a formação social dos educandos, haja vista que quando abordados adequadamente, podem tornar as relações sociais mais respeitadas e harmoniosas, possibilitando ao aluno aprender com a realidade social que o cerca.

● PRÁTICAS ESCOLARES SOBRE A DIVERSIDADE CULTURAL

A escola hoje apresenta inúmeros desafios. Um deles é contribuir para a formação de educandos e cidadãos, pessoas críticas, conscientes e atuantes na sociedade. É uma tarefa bastante complexa que exige do espaço escolar um movimento que vá além de temas, conteúdos e programas.

Conforme Trindade (2008) aponta, a questão a ser refletida é a importância de se entender a relação da cultura com a educação. De um lado está a educação e do outro a ideia de cultura como lugar, resultando na fonte de que se nutre o processo educacional para a formação de indivíduos, afim de formar consciência. Nesta perspectiva, a abordagem do termo diversidade cultural é atual no momento em que a escola desenvolve um ensino que procura atender a comunidade onde está inserida.

Segundo Soares (2003), a escola precisa fomentar as diferenças e dar significados para oportunizar e produzir saberes em diferentes níveis de aprendizagem porque as diferenças fazem parte do processo social e cultural de cada educando e não servem para explicar que homens e mulheres, negros e brancos, distinguem-se entre si.

Antes de tudo, é preciso compreender que, ao longo do processo histórico, as diferenças foram produzidas e usadas socialmente como critérios de classificação, seleção, inclusão e exclusão. Sendo assim, a escola deve oportunizar a apropriação do conhecimento científico e da cultura em geral, não perdendo de vista o aspecto fundamental, que é a noção de que o conhecimento não se constrói com uma série de informações, mas, sim, por meio de saberes.

Nessa perspectiva, abre-se um vasto campo de possibilidades, pois “o saber do povo” designa muitas formas de conhecimentos. Segundo Freire e Guimarães (1982), o processo educativo é organizado na relação entre currículo, conhecimento e cultura.



FIQUE ATENTO!

De acordo com Brandão (2002), nenhum indivíduo escapa da educação. Estando em casa, na rua ou na escola, todos são envolvidos com fragmentos de vida e educação, para saber, para fazer, para ser ou para conviver. Diariamente, misturam-se a vida e a educação.

Segundo Lerner (2007, p. 9-10):

É indispensável instrumentalizar, didaticamente, a escola para trabalhar com a diversidade. Nem a diversidade negada nem a diversidade isolada e nem a diversidade, simplesmente, tolerada. Também não se trata da diversidade assumida como um mal necessário ou celebrada como um bem em si mesmo, sem assumir seu próprio dramatismo. Transformar a diversidade conhecida e reconhecida em uma vantagem pedagógica: este me parece ser o grande desafio do futuro.

O currículo deve-se voltar para a formação de cidadãos críticos comprometidos com a valorização da diversidade cultural, da cidadania e aptos a se inserirem em um mundo global e plural. Segundo Lopes (1987), é possível trabalhar o currículo na visão multicultural, formando identidades abertas à pluralidade cultural, sem preconceitos, com foco em uma educação para a cidadania, para a paz e para a crítica das desigualdades sociais e culturais.

● PROJETOS ENVOLVENDO A DIVERSIDADE CULTURAL

Segundo Vygotsky, todo o conhecimento é construído através das relações sociais, no âmbito das relações humanas. A sua teoria tem por base o desenvolvimento do indivíduo como resultado de um processo sócio-histórico, enfatizando o papel da linguagem e da aprendizagem nesse desenvolvimento, sendo essa teoria considerada histórico-social. Este processo realiza-se na relação com o outro, nas trocas em que o professor aperfeiçoa sua prática e, ao mesmo tempo, constrói, consolida, fortalece e enriquece seu aprendizado. Neste sentido, Nóvoa (1997) afirma que a troca de experiências, no momento da partilha de saberes,

consolida espaços de formação, onde o professor é chamado a desempenhar, simultaneamente, o papel de formador e de formando.

Assim, o papel do professor é de fundamental importância. Atualmente, muitas transformações vêm ocorrendo na sociedade. A concepção de escola e a sua função social precisam ser revistas e repensadas, uma vez que a educação autoritária, compartimentada, com currículo fragmentado e distante das transformações sociais e das vidas dos educandos está perdendo o seu significado. Não há mais espaço para essa escola em que o sujeito não tem autonomia e participação na construção de seus saberes.

Conforme Dewey (1897), a educação é um processo de vida e não uma mera preparação para a vida que está por vir, e a escola deve representar a vida presente - tão real e vital para o aluno como o que ele vive em casa. Ou seja, além das preocupações em formar o aluno para ser capaz de ler, escrever, interpretar, realizar operações matemáticas, ter conhecimentos sobre as várias áreas do saber e preparando-o para se inserir na vida profissional, a escola deve, também, se ocupar da formação de valores morais e éticos que são inerentes aos humanos, como a autonomia, a solidariedade, a coletividade, o respeito ao próximo, a autoestima positiva, para, assim, se tornarem indivíduos completos.

Nesse sentido, o trabalho por projetos contribui de forma significativa para a educação e vai ao encontro das exigências da sociedade moderna, pois o trabalho por projetos envolve um processo de construção, participação, cooperação, noções de valor humano, solidariedade, respeito mútuo, tolerância e formação da cidadania, tão necessária à sociedade emergente (LUCK, 2003).

Um bom exemplo de como os projetos podem ser úteis para repensar o currículo e a cultura é o caso de uma escola pública de periferia que realizou o projeto que chamaremos aqui de “Projeto Viva a Diversidade”, que se dedicou a trabalhar com a cultura afrodescendente. Durante o desenvolvimento do trabalho, houve uma análise de diversos autores que escrevem sobre a dança e a cultura afro-brasileira. Desse modo, foi possível realizar, por meio de aula expositiva e dialogada, um encaminhamento de pesquisas, além de um levantamento das informações encontradas, produções de texto e entrevistas com funcionários da escola e da comunidade sobre o tema em questão. Também foram desenvolvidas outras atividades: exposição de trabalhos para os demais alunos e professores da escola e da comunidade, apresentação de comidas típicas, confecção de livro ilustrando a

história do Zumbi dos Palmares e confecção de máscaras e esculturas de diversas tribos africanas (de acordo com os significados que lhes são atribuídos). Com esse projeto, foi possível observar as obras de artistas que foram influenciados pela cultura africana, como Pablo Picasso. Discutiram-se estilos de dança e outras manifestações culturais, como o filme “Kiriku e a feiticeira”.



LINK

O filme “Kiriku e a feiticeira” é um longa-metragem de animação franco-belga (1998), dirigido por Michel Ocelot. O diretor do filme passou parte da infância na Guiné, onde conheceu a lenda de Kiriku. O filme retrata a lenda africana de um recém-nascido superdotado: ele sabe falar, andar e correr muito rápido e acaba se incumbindo de salvar a sua aldeia de Karabá, uma feiticeira terrível. Assista ao filme no link ou código a seguir.

<https://goo.gl/UwJHmK>

Outro projeto sobre diversidade cultural para a educação infantil foi desenvolvido de uma forma um pouco diferente. Na escola infantil, o projeto foi construído a fim de explorar a diversidade cultural existente no Brasil, proporcionando às crianças o contato com outras culturas e, conseqüentemente, com o novo, fomentando o desenvolvimento do respeito ao diferente e reforçando a autoestima e a identidade de cada um. A educadora estruturou objetivos, de acordo com o foco do projeto:

- ✓ Pesquisar diferentes culturas da comunidade em que a escola está inserida;
- ✓ Trabalhar a relação entre família e escola;
- ✓ Trabalhar a autoestima nos alunos para que estes possam relacionar-se com o outro;
- ✓ Desenvolver uma imagem de si, atuando de forma mais independente, com mais confiança em suas capacidades e percepção de seus limites;
- ✓ Estabelecer vínculos afetivos e de troca com adultos e seus pares, a fim de fortalecer sua autoestima;
- ✓ Desenvolver o hábito de ouvir;

✓ Trabalhar a oralidade.



FIQUE ATENTO!

Os alunos têm diferentes origens e histórias de vida, portanto, não podemos negar essas diferenças que os tornam seres humanos concretos, sujeitos sociais e históricos (GUSMÃO, 2000). Tratar as crianças com igualdade é saber respeitar as suas diferenças.

Assim, é na escola que as crianças se tornam conscientes das diferenças religiosas, raciais e de classes sociais. Nenhuma criança herda os preconceitos dos pais por intermédio da genética: na verdade, eles são aprendidos.

As atitudes (conscientes ou inconscientes) dos pais são, no mínimo, um começo no desenvolvimento dos preconceitos das crianças. Os pais manifestam suas próprias atitudes para com os grupos, controlando as relações sociais dos filhos por meio de restrições ou encorajamento dados à formação de amizades.

O preconceito sujeita a criança a certas barreiras contra a sua aceitação social. Isso se reflete no conceito que a criança vai criando sobre si, tornando-a um sujeito com baixa autoestima. O preconceito penetra na percepção e na vida das crianças afetando seu desenvolvimento, podendo ter impacto nas relações sociais.

A tarefa da escola, no combate aos preconceitos, não é fácil. Muitas vezes no ambiente escolar, as atitudes de professores e administradores reforçam os preconceitos que as crianças aprendem em casa e na comunidade. O convívio com o racismo, o preconceito e a discriminação racial no cotidiano escolar consolidam danos, muitas vezes, irreparáveis, para todas as crianças, para toda a sociedade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, T. J. B. **Abordagem dos temas transversais nas aulas de ciências do ensino fundamental, no distrito de Arembepé, município de Camaçari- BA.**

Condobá: **Revista Virtual**. Salvador, v. 2, n. 1, p. 1-13, jan./ jun. 2006. Disponível em: <<http://revistas.unijorge.edu.br/candomba/2006-v2n1/pdfs/TeresaAlmeida2006v2n1.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2022.

BRANDÃO, C. R. **A educação como cultura**. Campinas: Mercado das Letras, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC, 1998.

CORDIOLLI, M. **A formação de valores e padrões de conduta na sala de aula**: notas para um debate conceitual sobre transversalidade. Curitiba: A Casa de Astérion, 2006.

DEWEY, J. **Democracia e educação**: introdução à filosofia da educação. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1897.

FREIRE, P.; GUIMARÃES, S. **Sobre educação**: diálogos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GUSMÃO, N. M. M. **Desafios da diversidade na escola**. Revista Mediações, Londrina, v. 5, n. 2, p. 9-28, jul. /dez. 2000.

LERNER, D. Enseñar en la diversidad. **Lectura y vida**. Revista Latinoamericana de Lectura, Buenos Aires, v. 26, n. 4, p. 6 -17, dez. 2007.

LOPES, H. T. (Org.). **Negro e cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: REVAN, 1987.

LUCK, H. **Metodologia de projetos**: uma ferramenta de planejamento e gestão. 2. e d. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

NÓVOA, A (Org.). **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

OLIVEIRA, M. K. **Vygotsky**: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico. Porto Alegre: Scipione, 2002.

PERES, A. N. **Educação intercultural**: utopia ou realidade? Porto: Edições, 2000.

SOARES, M. B. **Linguagem e escola**: uma perspectiva social. São Paulo: Ática, 2003.

TRINDADE, D. F. **Interdisciplinaridade**: um novo olhar sobre as ciências. In: FAZENDA, Ivani (org.) O que é interdisciplinaridade? São Paulo: Cortez, 2008.

YUS, R. **Temas transversais**: em busca de uma nova escola. Porto Alegre: Artmed, 1998.



**Av. Barão de Gurguéia, 3333B - Vermelha
Teresina - Piauí**

f i /maltafaculdade

www.faculdademalta.edu.br